

A dívida externa em questão

COLEGIO BRAZILIENSE

11 JUL 1986

O Brasil vai reduzir até dezembro próximo, em termos líquidos, a sua dívida externa em cerca de US\$ 1,4 bilhão. O programa de ajuste econômico encaminhado à consideração da comunidade financeira internacional permitirá fechar a conta de compromissos com o exterior, baixando os atuais US\$ 103 bilhões para US\$ 101,6 bilhões. Esse é um segundo passo dado pela Nova República com vistas a um tratamento responsável, honrando compromissos e fixando posição de seriedade no particular. Já em maio de 1985 o Banco Central fizera baixar o total da dívida, fazendo-o cair de US\$ 105,01 bilhões para US\$ 102,16 bilhões. Agora torna possível novo declínio, prova inequivoca de que o Brasil está diligenciando meios e modos de manter em dia uma pauta de pagamento, segundo o propósito reiterado pelo presidente José Sarney de que tudo será feito sem impor sacrifícios ao desenvolvimento, nem agravar os custos sociais com a recessão e o desemprego.

Essa postura se constitui em exceção no mercado internacional de moeda forte onde os mexicanos, por exemplo, enfrentam um momento difícil e tormentoso. Problemas estruturais e conjunturais conduziram o México para um cerco de dificuldades, de cujo confinamento o povo asteca disporá de escassas possibilidades para superar uma traumática alternativa que ronda o mundo capitalista.

Ainda são de ontem os momentos de grande inquietação mundial, vividos em agosto de 1982. Naquela oportunidade o México dera conhecimento aos seus credores de sua disposição em declarar uma moratória de três meses,

suspensando o pagamento de compromissos próximos de US\$ 10 bilhões, diante de uma realidade irrecusável. Não dispunha de liquidez em suas contas em dólares para honrar contratos a vencer. A partir do anúncio e até a estruturação de um projeto de reajustamento junto ao Fundo Monetário Internacional, todo o modelo econômico ocidental esteve ameaçado em suas bases. Na hipótese de prevalecer a moratória mexicana naquela oportunidade, algumas centenas de médios e pequenos bancos dos Estados Unidos iriam à falência, numa atropelada que levaria de roldão as bases do sistema bancário americano.

Os esforços que tornaram possível conjurar essa ameaça duraram pouco. E agora, passados menos de quatro anos, de novo o México volta a manifestar posições insolventes ante compromissos que dificilmente poderão ser atendidos em tempo hábil. Repete-se o mesmo quadro. Só que com um agravamento bem mais amplo. O México experimentou breve período de acertos em sua política econômica, sob a supervisão direta e implacável do Fundo Monetário Internacional. O país que ora festivamente recebe o mundo para as festas do Campeonato Mundial foi submetido a um duro projeto de recesso econômico nos últimos quatro anos, multiplicando-se as dificuldades para o povo e contendo a economia nos limites do modelo ortodoxo do FMI.

Os pontos de vazamento das divisas para o exterior, em razão da reordenação do sistema bancário, contabilizaram dezenas de bilhões de dólares num contrabando incontrolável, anemizando as pou-

panças em moeda forte. A essa pirataria de divisas juntou-se a derubada das cotações do petróleo, em nível mundial, reduzindo os resultados da balança comercial a valores totalmente insuficientes para atender à pauta de pagamentos do endividamento mexicano.

A situação volta a repetir-se, agora em condições bem mais adversas para caber numa composição com os banqueiros internacionais.

O Brasil, no entanto, segue dentro de uma linha de comportamento imutável nas suas diretrizes e fiel aos empenhos oficiais de assegurar um cronograma de pagamentos estabelecido em consonância com a pregação do presidente Sarney perante a Organização das Nações Unidas. O Brasil ampliou as exportações e reduziu a entrada de mercadorias. Como resultado dessa conduta acumulou em 1984 um saldo comercial de US\$ 13,089 bilhões, mantendo o mesmo padrão em 85, quando esse resultado se situou em US\$ 12,471 bilhões. Em 1986, para os três primeiros meses do ano, o saldo acumulado é de US\$ 2,586 bilhões, com possibilidades de alcançar a mesma ordem de grandeza dos dois exercícios anteriores.

A maior preocupação brasileira está concentrada no perfil da dívida. Do seu total registrado, de médio e longo prazos, 77,3 por cento vencem deste ano até 1991.

E um desafio a ser enfrentado com realismo e responsabilidade. Um esforço que vai mobilizar a Nação em graus máximos. Um penhor que tem que ser honrado dentro de limites aceitáveis e assimiláveis pela sociedade.